

Uma mulher arrastada pelo cruzamento das opressões



Por YONÁ DOS SANTOS*

A interseccionalidade desvela como o cruzamento estrutural de opressões naturaliza a violência fatal contra corpos racializados e periféricos, transformando mortes como a de Tainara em expressão de uma ordem social genocida

1.

A interseccionalidade constitui um marco analítico central para a compreensão das desigualdades contemporâneas ao questionar abordagens que tratam raça, gênero, classe e outros marcadores sociais como dimensões isoladas. O conceito está associado ao trabalho da jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw, que, ao analisar casos jurídicos envolvendo mulheres negras no mercado de trabalho, evidenciou os limites do direito antidiscriminatório em reconhecer situações nas quais múltiplas formas de opressão operam de modo simultâneo.

A partir dessa constatação, a interseccionalidade emerge como uma chave interpretativa capaz de tornar inteligíveis experiências que permaneciam invisibilizadas nos marcos analíticos tradicionais. Do ponto de vista epistemológico, a interseccionalidade tensiona a produção de conhecimento baseada em categorias abstratas e universalizantes. Ao recusar tanto a lógica aditiva quanto a hierarquização entre opressões, o conceito afirma que raça, gênero, classe, território e outros marcadores como idade, se cruzam, produzindo efeitos específicos nos pontos de interseção.

Essa perspectiva permite acessar a complexidade do real e das existências concretas, evidenciando como sujeitos situados em múltiplas estruturas de dominação vivenciam formas particulares de desigualdade que não podem ser capturadas por análises fragmentadas.

Essa elaboração foi aprofundada no campo das ciências sociais pelas contribuições de Patricia Hill Collins, que compreende a interseccionalidade como uma matriz de dominação. Ao articular sistemas de poder e experiências vividas, Collins reforça a compreensão de que as desigualdades são estruturais e produzidas em articulações mútuas, deslocando o foco de explicações individualizantes ou concorrenciais entre opressões para uma leitura integrada das hierarquias sociais.

A força política da interseccionalidade manifesta-se na crítica às agendas de enfrentamento das desigualdades que operam de forma seletiva. Ao demonstrar que a luta contra uma forma específica de opressão é insuficiente quando desconsidera sua articulação com outras, o conceito questiona estratégias que produzem inclusões parciais e reproduzem novas exclusões. Não é possível enfrentar o racismo ignorando o sexismo, nem combater o sexismo desconsiderando desigualdades de classe, território ou inserção laboral.

2.

No plano metodológico, essa abordagem orienta leituras empíricas comprometidas com a identificação de padrões estruturais de desigualdade e violência. A interseccionalidade não funciona apenas como lente teórica, mas como

ferramenta analítica para interpretar dados, eventos e trajetórias sociais à luz das condições concretas que organizam a exposição diferencial ao risco e à morte.

É importante ressaltar, que a ideia **desimultaneidade ou imbricação das opressões** já circulava antes de 1989 de forma consistente na América Latina e no Brasil. Desde a década de 1960, intelectuais negras brasileiras já elaboravam criticamente a articulação entre raça, classe e gênero como estratégia teórica e política para denunciar a homogeneização da categoria mulher no discurso feminista dominante.

É a partir desse enquadramento que os dados recentes sobre o feminicídio no Brasil adquirem significado. O Atlas da Violência 2025 revela que, em 2023, 2.662 mulheres negras foram vítimas de homicídio, correspondendo a 68,2% do total de assassinatos de mulheres no país. Entre 2013 e 2023, as mortes de mulheres negras somaram 30.980 casos, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras apresentou queda mais acentuada no mesmo período.

Esses números indicam que a violência letal contra mulheres negras não apenas se mantém em patamares mais elevados, como também demonstra maior resistência às reduções gerais observadas, evidenciando limites das políticas de enfrentamento ao feminicídio quando operam de forma homogênea.

Para compreender a persistência desse padrão, o conceito de sistema colonial de gênero, formulado por María Lugones, oferece uma chave explicativa decisiva. Ao demonstrar que raça e gênero foram articulados como tecnologias centrais da dominação colonial, María Lugones permite compreender o feminicídio de mulheres racializadas não como um desvio ou exceção, mas como parte de uma ordem social ainda vigente, na qual a produção diferencial da morte é historicamente estruturada.

Se essa perspectiva permite identificar as bases estruturais que organizam a violência, é necessário avançar para a compreensão de como essa ordem se expressa em práticas concretas de violência extrema e quais sentidos sociais essas práticas carregam. É nesse deslocamento – do fundamento estrutural para a gramática da violência – que se insere a contribuição de Rita Laura Segato.

Ao analisar o feminicídio, Rita Laura Segato desloca o foco da condição individual da vítima para a função simbólica e política do ato violento. O corpo feminino deixa de ser apenas o alvo da agressão e passa a operar como suporte material de uma mensagem dirigida à ordem social, estabelecendo uma analogia entre corpo e território como espaços de dominação. Nessa leitura, a violência contra mulheres não se explica prioritariamente por motivações interpessoais, mas por uma lógica impessoal, serial e comunicativa.

3.

A partir dessa interpretação, a noção de femigenocídio permite nomear formas extremas de violência caracterizadas pela repetição sistemática, pela impessoalidade e pela produção social da descartabilidade. Certos corpos femininos – frequentemente empobrecidos, racializados e territorialmente marginalizados – tornam-se socialmente sacrificáveis em contextos violentos nos quais a morte deixa de ser exceção e passa a integrar a normalidade.

Essa formulação dialoga diretamente com o pensamento feminista negro brasileiro, que há décadas denuncia a historicidade da violência estrutural e sua articulação com o racismo e o patriarcado.

Autoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Luiza Bairros demonstram que a vulnerabilidade das mulheres negras não decorre de fatores individuais, mas de uma simbiose entre racismo, capitalismo e patriarcado naturalizando sua presença em trabalhos desprotegidos, precarizados e sua exposição ampliada à violência.

Para tornar inteligível como esses fatores estruturais se articulam concretamente na produção da violência extrema, a metáfora do cruzamento urbano, formulada por Kimberlé Crenshaw, revela-se particularmente elucidativa. No cruzamento,

múltiplas vias convergem simultaneamente, intensificando o risco de colisão. Da mesma forma, determinados sujeitos ocupam posições sociais situadas no centro da convergência das desigualdades.

Tainara Souza Santos tinha 31 anos, era moradora da zona norte de São Paulo, mãe de duas crianças – um menino de 12 anos e uma menina de 7 – e trabalhava de forma autônoma. Figura conhecida na comunidade e nas arquibancadas do futebol de várzea, Tainara foi atropelada e arrastada por um homem com quem havia mantido um vínculo afetivo, na madrugada do dia 29 de novembro de 2025, na Marginal Tietê, após deixar um bar no bairro Parque Novo Mundo.

Ela foi socorrida e permaneceu internada por 25 dias, submetida a múltiplas cirurgias, incluindo a amputação das pernas, em decorrência da gravidade dos ferimentos. Tainara morreu em 24 de dezembro de 2025. O agressor foi preso no dia seguinte ao atropelamento e o caso passou a ser investigado pela Polícia Civil como feminicídio.

A violência que a atingiu não pode ser compreendida como um evento fortuito ou um simples acidente. Tal como nas marginais da cidade de São Paulo, onde veículos em alta velocidade ignoram a sinalização, as pressões estruturais que organizam a vida de mulheres periféricas operam como forças que atravessam seus corpos sem freios sociais eficazes. A Marginal Tietê, enquanto espaço urbano marcado pela lógica da pressa, da indiferença e da desumanização, participa dessa produção da violência, assim como o corpo, reforçando a leitura proposta por Rita Laura Segato.

O caso de Tainara evidencia, portanto, que a morte não foi um desvio imprevisível, mas a expressão de uma ordem social que normaliza o dano extremo a corpos situados no centro das interseções sociais. A interseccionalidade permite compreender não apenas quem morre, mas por que certas mortes se repetem e encontram menos obstáculos institucionais à sua ocorrência.

Trata-se, assim, de uma ferramenta analítica indispensável para deslocar explicações individualizantes e tornar visível as engrenagens sociais e institucionais que organizam a exposição diferencial à violência e limitam a capacidade de interrupção da morte antes que ela aconteça.

***Yoná dos Santos** é doutora em Integração latino-americanapelo PROLAM-USP.

a terra é redonda
existe graças aos nossos leitores e apoiadores
Ajude-nos a manter esta ideia.
CLIQUE AQUI  **CONTRIBUA**